

SEGURANÇA PÚBLICA E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

Processo de produção do conhecimento: investigação em curso

GT24 – Violência, Democracia e segurança: defesa e promoção de direitos

Maria Salete Souza de Amorim¹

Ivone Freire Costa²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo problematizar a relação entre segurança pública e democracia na região latino-americana a partir da análise da qualidade da democracia, dos índices de violência na região, e da percepção dos cidadãos sobre o sistema judiciário e a polícia, principais instituições na área de segurança pública. Desenvolve-se uma análise descritiva e compreensiva, a partir da utilização de dados disponibilizados por institutos de pesquisa, como Corporação Latinobarômetro, Fundação Konrad-Adenauer-Polilat, CEPAL, UNODC – Global Study on Homicide, e Transparência Internacional. A partir dos dados e da literatura sobre o tema, verifica-se que a qualidade da democracia na América Latina apresenta, de um lado, baixos indicadores, e de outro lado altas taxas de homicídios, pobreza e corrupção.

Palavras-chaves: segurança pública, democracia, América Latina

Introdução

A democracia na América Latina, institucionalizada do ponto de vista político-normativo, tem sido marcada pela presença de altos índices de violência e delinquência, violação de direitos humanos e civis, e resquícios do autoritarismo e conservadorismo na conduta dos líderes políticos democráticos. Em diferentes contextos e realidades tem ocorrido a disseminação do crime e do medo entre os cidadãos, reflexo das crescentes taxas de homicídios, de crimes contra o patrimônio, da violência doméstica, da impunidade, bem como da crise de credibilidade das instituições policiais e judiciárias. A insegurança nas sociedades latino-americanas tem configurado um cenário de medo e desconfiança, reduzindo os espaços de cooperação e solidariedade entre as pessoas. Como contraponto, se ampliam cada vez mais, nas áreas urbanas, os sistemas privados de segurança, os condomínios fechados e as empresas de vigilância e de tecnologias voltadas à segurança eletrônica, fomentando conflitos sociais e a segregação de setores da população.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo problematizar a relação entre segurança pública e democracia na região latino-americana a partir da análise dos indicadores de qualidade da democracia, do mapa da violência na região, e da percepção da população acerca das instituições no âmbito da segurança pública. Trata-se de um estudo em andamento que tem como propósito aprofundar questões teóricas e empíricas no tocante à área de segurança pública, cidadania e direitos, tanto no cenário nacional como internacional. Desenvolve-se uma análise descritiva e compreensiva, a partir da utilização de dados disponibilizados por institutos de pesquisa, como Corporação Latinobarômetro,

¹ Doutora em Ciência Política, Universidade Federal da Bahia (UFBA/Brasil).

² Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações, Universidade Federal da Bahia (UFBA/Brasil).

Fundação Konrad-Adenauer-Polilat, Comissão Econômica para América Latina - CEPAL, United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), e Transparência Internacional.

O artigo está dividido em três partes. Em primeiro lugar, são analisados aspectos fundamentais da qualidade da democracia na América Latina, tendo como base a literatura e dados disponibilizados por institutos de pesquisa. A segunda parte analisa a percepção das pessoas acerca da confiança e da satisfação com o desempenho do sistema judiciário e da polícia. E na terceira parte busca-se confrontar as taxas de homicídios com as taxas de pobreza e com o Índice de Desenvolvimento Democrático Latino-americano (IDD-Lat), visando compreender o aumento e a manutenção da violência na região. Nas considerações finais são tecidos alguns argumentos a respeito da relação entre democracia e segurança pública, esta última entendida como segurança cidadã, um modelo que visa fomentar a articulação entre sociedade e governos no combate à criminalidade e à garantia dos direitos sociais. Foi possível observar que os entrevistados, a partir de suas experiências concretas com as instituições democráticas, expressaram desconfiança e insatisfação com a atuação do poder judiciário e da polícia, manifestando decepção e um sentimento de medo e insegurança diante do mapa da violência, corrupção e impunidade em seus países. Levar em consideração os indicadores e a percepção dos cidadãos tem sido importante para a elaboração de políticas mais eficazes na área da segurança pública.

1. Qualidade da democracia na América Latina

A concepção clássica de democracia, baseando-se nos princípios da igualdade entre os cidadãos, de liberdade e respeito a lei, adotou vários métodos de seleção dos governantes “para preservar a responsabilidade de prestação de contas dos administradores políticos e do sistema estatal de modo mais geral, inclusive a rotatividade de tarefas, o sorteio e a eleição direta” (HELD, 1987, p. 21). A concepção contemporânea de democracia manteve o pressuposto da igualdade entre os cidadãos e do direito à participação política, dando ênfase ao processo eleitoral para a escolha de representantes.

Em *Poliarquia: participação e oposição*, Robert Dahl (1997) trata o processo de democratização pelos eixos da competição e da participação política, introduzindo a questão da responsividade como característica-chave da democracia. Os cidadãos devem ter, para tanto, as oportunidades de formular suas preferências, de expressar suas preferências, e de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo (DAHL, 1997, p. 26). A princípio todos os cidadãos são livres para participar das eleições, dentro das regras e do jogo democrático. Observa-se, portanto, que a democracia é percebida como a garantia da igualdade política e não necessariamente da igualdade de condições econômicas ou sociais. Nesta perspectiva, o aparato processual do funcionamento das instituições políticas tem sido fundamental para a avaliação da qualidade da democracia nos países que adotaram essa forma de regime.

No intuito de ampliar o debate, parte da literatura questiona sobre a existência concreta das liberdades e dos direitos políticos no interior das democracias, primando para uma concepção mais substantiva e prática da democracia do que apenas normativa. Nesse sentido, a democracia, objeto de reflexão da prática política, “consiste, além do núcleo do regime e de sua própria democratização, na aquisição e amparo legal de direitos e liberdades, sustentados de forma mais ampla e mais sólida, que dizem respeito aos aspectos civis, sociais e culturais da cidadania – e também, é claro, à expansão de liberdades e direitos políticos” (O’DONNELL, 2011, p. 253). Na mesma linha de argumentação, Baquero (2011) destaca que o progresso democrático na região latino-americana depende, em parte, da consolidação de culturas políticas orientadas para comportamentos e atitudes democráticas, voltadas para a cooperação, responsabilidade e responsividade política, cujo objetivo é cobrar maior efetividade dos governos democráticos. De acordo com o autor,

A efetividade significa que não é suficiente instalar instituições democráticas. Elas precisam funcionar. É preciso garantir a independência do Poder Judiciário, e os partidos políticos necessitam desempenhar bem suas funções de representação, bem como as políticas sociais devem ser um reflexo do contrato social genuíno que inclua não somente a proteção dos direitos individuais, mas, sobretudo, a solidariedade social com o objetivo de apoiar aos mais vulneráveis (BAQUERO, 2011, p. 19).

O desempenho das instituições, a qualidade dos procedimentos, do conteúdo e dos resultados são quesitos fundamentais na avaliação da qualidade da democracia. Estão sendo realizadas nos países democráticos eleições competitivas, regulares e limpas? Existem organizações partidárias e mecanismos de monitoramento sobre a eficácia das leis e das decisões governamentais? Buscam-se garantir a igualdade política e o respeito às liberdades civis e políticas (conteúdo)? Os cidadãos estão satisfeitos com os resultados da democracia? Esta última dimensão diz respeito à capacidade de resposta do sistema político às demandas da sociedade. Apesar da dificuldade de estabelecer parâmetros de comparação entre os países para “medir” a qualidade da democracia, mediante diferentes contextos e realidades, há um esforço para desenvolver medidas quantitativas e qualitativas para analisar a democracia do ponto de vista prático e substantivo (DIAMOND; MORLINO, 2004).

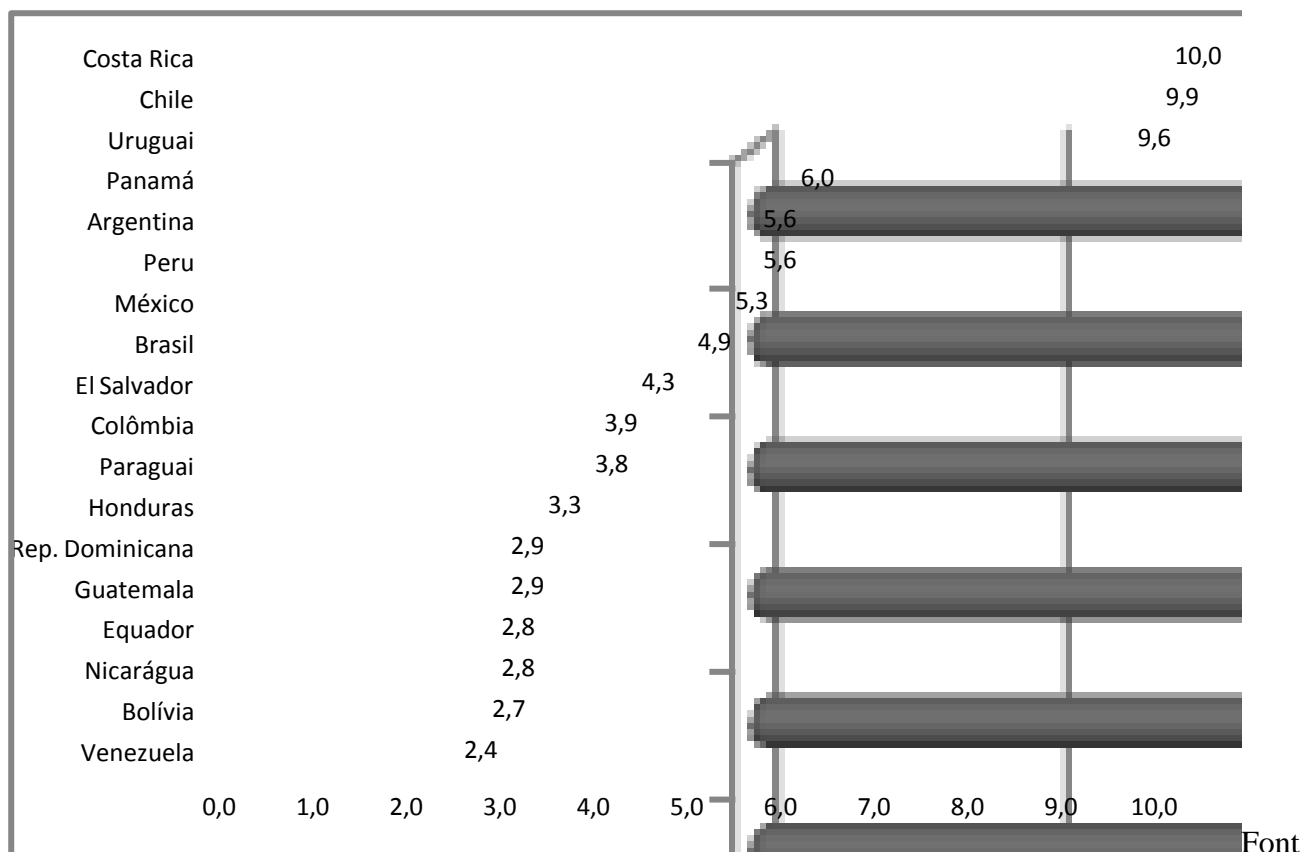
Nos últimos anos institutos de pesquisa e pesquisadores têm buscado elaborar indicadores mais sofisticados para medir a qualidade da democracia, tanto em países industrializados como em desenvolvimento, de forma a estabelecer comparações entre eles. Avaliar e medir o desempenho das instituições democráticas não tem sido tarefa fácil diante da complexidade das variáveis envolvidas. No caso das recentes democracias da América Latina, o fato das eleições se constituírem no principal meio de acesso a cargos públicos, os indicadores democráticos se mostram mais positivos, como revelam os índices de Democracia Eleitoral (IDE) e de Apoio à Democracia (IAD), elaborados pelo Programa das Nações Unidas (PNUD, 2004). O IDE baseia-se na avaliação de quatro variáveis: direito de voto, eleições limpas, eleições livres, e cargos públicos eleitos. A América Latina, ao adotar calendário eleitoral regular, promulgar nova constituição, e possibilitar a criação de novas instituições democráticas, alcançou um IDE de 0,93 em 2002. Como se restringem à arena eleitoral, tais índices não avaliam dimensões importantes da prática democrática, como a qualidade institucional, a eficiência política, o comportamento dos dirigentes políticos, a satisfação dos cidadãos com a democracia, entre outras.

Buscando responder essa lacuna, a Fundação Konrad-Adenauer elaborou o Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina – IDD-Lat , que permite comparar a evolução das instituições democráticas e o comportamento dos dirigentes políticos e da sociedade civil em relação à democracia. Para efeito de cálculo são considerados 31 indicadores agrupados a quatro dimensões: as condições básicas da democracia, que avalia a institucionalidade do regime democrático; o respeito aos direitos políticos e às liberdades civis, variável que avalia o desempenho do sistema democrático (do ponto de vista da cidadania); a qualidade institucional e a eficiência política, que avalia o desempenho do sistema democrático (do ponto de vista das instituições); e o exercício do poder efetivo para governar, que mede os esforços para a realização de políticas que assegurem o bem-estar social e o desenvolvimento econômico. Os indicadores revelaram que a maioria dos governos não está sendo capaz de responder as demandas sociais nas áreas prioritárias como saúde, educação e habitação. E em relação à área econômica, os países da América Latina mantêm um alto nível de concentração de renda e um elevado índice de desigualdades sociais e pobreza.

Em alguns países são flagrantes as violações aos direitos civis, a censura aos meios de comunicação, a arbitrária violência policial, e a falta de alternância política entre os partidos políticos. Trata-se, portanto, de democracias com características híbridas, pois a normatividade institucional tem

convivido com uma cultura política conservadora e autoritária, com precário apoio específico e substantivo (AMORIM; DIAS, 2012). O quadro a seguir mostra os mais recentes índices de desenvolvimento democrático na região.

**Quadro 1: Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina
IDD-Lat, 2012**



Fonte: www.idd-lat.org - Fundação Konrad Adenauer-Polilat

De acordo com os dados do Quadro 1, Costa Rica, Chile e Uruguai possuem os melhores indicadores de qualidade da democracia, por terem sido bem avaliados nas quatro dimensões: I) democracia formal (eleições e participação política); II) respeito aos direitos e liberdades civis; III) qualidade institucional e eficiência política; IV) políticas de bem-estar e eficiência econômica. Cabe destacar que nesta última dimensão, os indicadores expressaram a crise e a vulnerabilidade socioeconômica dos países da região diante da crise econômica mundial.

O quadro mostra ainda que a despeito da institucionalidade democrática (dimensão I), se observam em diversos países situações de instabilidades políticas, crises associadas à corrupção, à violência e às desigualdades sociais. Os países da América Central enfrentam o aumento da violência propiciada pela presença do narcotráfico, envolvendo empresários, políticos, policiais e juízes, fato que contribui negativamente para a dimensão dos direitos e da eficiência política no enfrentamento desta questão. Bolívia e Equador, países que apresentam baixos índices de qualidade democrática, também enfrentam problemas com o narcotráfico, com a violência, com a corrupção e com a falta de transparência do governo, o que tem gerado uma crise de governabilidade e uma onda de conflitos políticos e sociais nestas localidades.

Destaca-se ainda a Venezuela, que apresenta os piores indicadores de qualidade da democracia, especialmente nas dimensões III e IV. Os dados oficiais indicam que houve redução da pobreza nos últimos anos com a implantação de programas sociais, contudo, registrou-se o endividamento do Estado, além de denúncias de corrupção. A Transparência Internacional apontou, em 2011, a Venezuela como o país mais corrupto da América Latina, além de ser considerado um dos países mais violentos da região: 49 assassinatos por 100 mil habitantes (UNODC, 2011).

Nota-se que a democracia que se configura na América Latina se aproxima do modelo de “democracia iliberal”, aquela que se baseia na existência de eleições periódicas e garantias constitucionais, mas que em determinados contextos se mostram injustas e fraudulentas, com a presença da corrupção e de altos índices de violência e delinquência (SMITH; ZIEGLER, 2009). Nesse sentido, a democracia enfrenta ainda muitos desafios antes de ser considerada política, social, econômica e culturalmente consolidada.

Na próxima seção serão abordadas as percepções dos cidadãos a respeito do desempenho das instituições vinculadas à área de segurança pública na região.

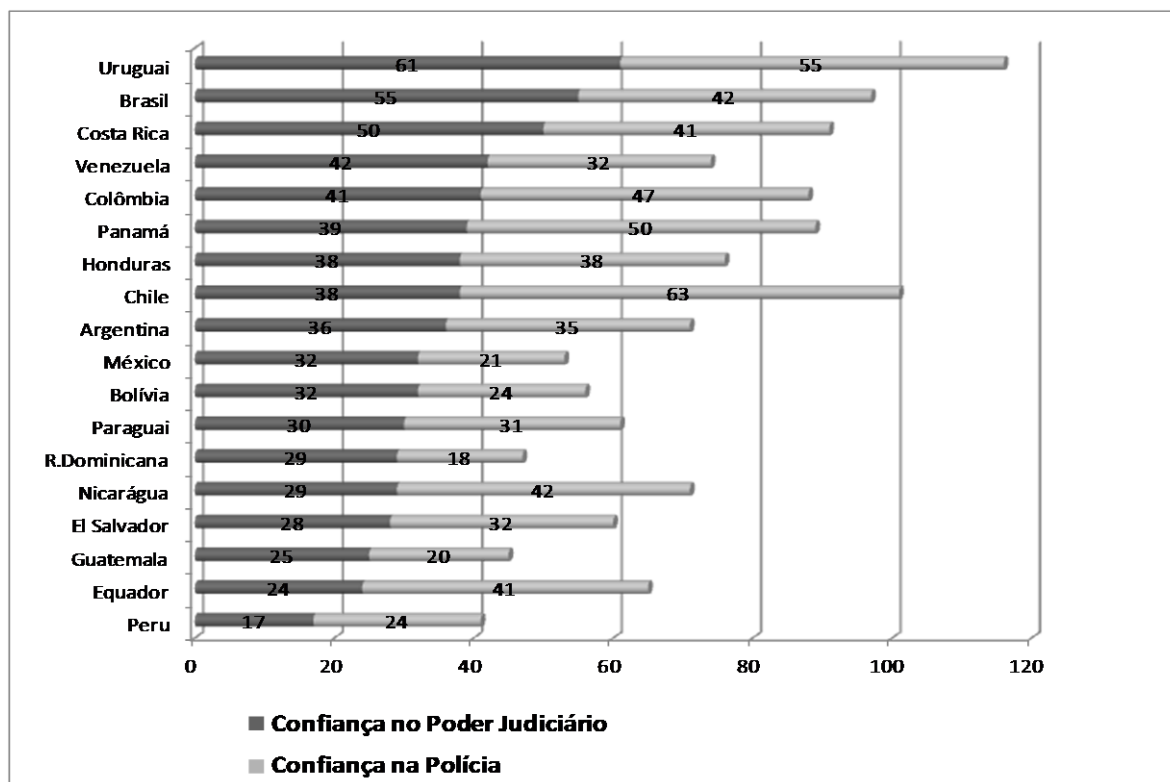
2. Percepções dos latino-americanos sobre as instituições

A Corporação Latinobarômetro realiza pesquisas de *surveys* anualmente, baseadas em amostras por cotas de idade e gênero, em 18 países da América Latina. Fornecem dados importantes acerca da democracia na região ao sondar as percepções dos cidadãos sobre as instituições e seu funcionamento. De acordo com o Informe de 2012, intitulado “*La Seguridad Ciudadana. El problema principal de América Latina*”, os entrevistados de onze países, dos quais: Venezuela, Costa Rica, El Salvador, Uruguai, México, Argentina, Panamá, Equador, Guatemala, Honduras, e Peru, apontaram a delinquência e a segurança pública como os principais problemas. O desemprego foi considerado o principal problema no Paraguai e na Colômbia, ao passo que os problemas econômicos foram mencionados como os mais prementes na Nicarágua, República Dominicana e Bolívia. Os chilenos consideraram a educação como o problema mais preocupante, e os brasileiros apontaram a saúde como principal problema do país. Observa-se que essa preocupação com a violência expressa nas pesquisas de opinião, está relacionada ao aumento do número de homicídios nos últimos anos na região, questão que será abordada na terceira seção deste artigo.

Com relação à variável “Confiança nas Instituições”, os dados do Latinobarômetro revelaram uma baixa credibilidade dos cidadãos nas instituições políticas (Partidos Políticos, Congresso, e Poder Judiciário), bem como nas instituições ligadas à área de segurança (Forças Armadas e Polícia). Destacam-se nos quadros a seguir, as percepções dos cidadãos em relação ao Poder Judiciário e à Polícia nos respectivos países.

Quadro 2 - Confiança nas Instituições (%)

Soma das Respostas: Muita / Alguma Confiança



Fonte: Latinobarômetro, 2010 – N = 20.204

De acordo com o Quadro 2, a confiança é baixa na maioria dos países estudados, tanto no Poder Judiciário quanto na Polícia. Estudos sobre o tema apontam que a descrença dos cidadãos nas referidas instituições está associada a múltiplos fatores, entre eles, aos altos índices de homicídios na região e à violência generalizada; à corrupção presente nestas instituições; ao abuso e à violência policial; à ineficiência e falta de investimento na área de segurança pública; e à sensação de medo e insegurança entre os cidadãos, que pode ser fundada na ameaça ou violência efetivamente sofrida, ou nos fatos noticiados sobre vítimas da violência em sua cidade ou país (RIBEIRO; WOOD, 2013; BRICEÑO-LEON, 2007).

A descrença também advém da percepção dos cidadãos sobre a conduta da Polícia. Pesquisa realizada em contexto local sondou a percepção das pessoas sobre o desempenho da Polícia e obteve um número significativo de respostas negativas, tais

como policiais são pouco preparados para atender a comunidade; policiais agem com violência e arrogância; policiais não são honestos, aceitam suborno e propinas e são cúmplices de bandidos,... Entre os fatores da avaliação positiva destacam-se as opiniões: os policiais combatem e prendem os marginais; prestam assistência; nem todos os policiais agem com violência (COSTA, 2005).

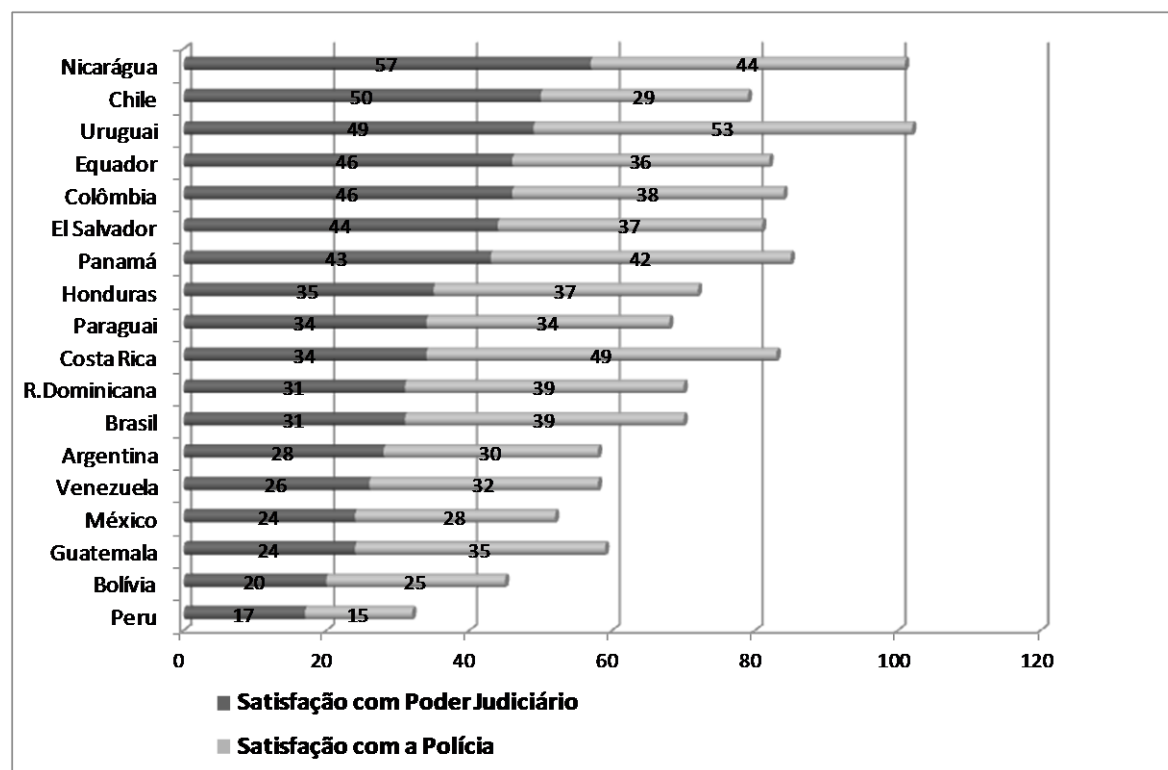
Nesse caso, a desconfiança seria fruto da decepção e da insatisfação dos cidadãos com o desempenho das instituições.

Segundo Moisés (2010), confiar é acreditar nas pessoas com as quais interagimos e convivemos, é estabelecer cooperação e laços de solidariedade. O autor argumenta que a confiança dos cidadãos se relaciona diretamente com as experiências que os mesmos têm com o desempenho das

instituições e de seus líderes políticos. A confiança, portanto, está associada aos princípios éticos e normativos estabelecidos pelas constituições, que prima pela garantia da igualdade, direitos e liberdades civis, mas também ao caráter propositivo de sua efetividade, por exemplo, através do pleno emprego, da igualdade de condições sociais, da equidade de renda, do julgamento imparcial, da proteção e segurança, do fim da impunidade e da violência.

Além da confiança, outra variável importante para pontuar a análise acerca da qualidade da democracia e da segurança pública, é o grau de satisfação dos cidadãos em relação ao desempenho das instituições. Como observado no Quadro 3 a seguir, a satisfação com a atuação do Poder Judiciário e da Polícia, na avaliação dos cidadãos latino-americanos, não alcança 50%. Os índices mais baixos são encontrados na Bolívia e no Peru, países em que a sensação de insegurança chega a 70%, a despeito do número de homicídios.

Quadro 3 - Satisfação com as Instituições (%)
Soma das Respostas: Muita/ Alguma Satisfação



Fonte: Latinobarômetro, 2010 – N = 20.204

De acordo com os autores Carrión, Zárata e Seligson (2010), os peruanos são os cidadãos que mais expressam uma visão negativa das instituições devido ao enfrentamento da pobreza, da corrupção e da delinquência. “Ya que hemos mencionado el tema de la corrupción y la delincuencia, debemos decir que la percepción de inseguridad frente a la delincuencia sigue siendo la más alta de la región: en las tres últimas encuestas del Barómetro de las Américas (2006, 2008 y 2010), el Perú ha ocupado el primer o el segundo lugar en la distribución de países según el promedio de la percepción de inseguridad” (p. 29). Dessa forma, além do caráter objetivo do fenômeno da violência fornecido através das estatísticas oficiais, deve-se levar em consideração o caráter subjetivo captado através da opinião e percepção que as pessoas têm da violência e da segurança em seu país.

Na próxima seção será analisado o mapa da violência na região latino-americana.

3. Segurança pública, democracia e taxas de homicídios

A segurança pública, na maioria dos países latino-americanos, ainda possui um enfoque de repressão policial e de patrulhamento ostensivo. O conceito de uma segurança pública mais democrática, com uma perspectiva preventiva e de proximidade com a sociedade, através de projetos e políticas mais inovadoras na área da segurança pública, começa a surgir em alguns países da região. Do ponto de vista substancial da democracia, a concepção de segurança pública, para além da ordem pública e da defesa dos direitos individuais (proteção, liberdade, igualdade), passou a ser entendida como a garantia dos direitos sociais. “Segurança Pública significa proteção, direito de estar seguro, portanto, inclui o direito ao emprego, à educação, à saúde e à moradia. Em síntese, é não se submeter à violência contra a pessoa e contra o patrimônio. É não ter medo. Enfim, é o direito de viver em paz” (COSTA, 2005, p. 187). Os cidadãos latino-americanos confirmam essa concepção de segurança pública no que diz respeito à garantia dos direitos sociais, ainda que apoiem medidas tradicionais no enfrentamento da violência, como o aumento de policiais nas ruas, como ilustra o quadro a seguir.

Quadro 4- Quais são as políticas de segurança cidadã mais efetivas?

Respostas mencionadas (%)

Respostas	%
Aumentar o número do efetivo policial nas ruas	18,2
Aumentar as penas dos delitos	13,1
Oferecer novas oportunidades aos jovens	12,7
Melhorar o sistema educativo	12,3
Fortalecer as instituições responsáveis pela segurança	10,5
Fortalecer o Sistema Judiciário	9,0
Aumentar a participação cidadã	8,6
Melhorar o sistema das prisões/cárceres	8,2
Ampliar as políticas sociais	5,9
Outra	0,3
NS/NR	1,2
Total	100

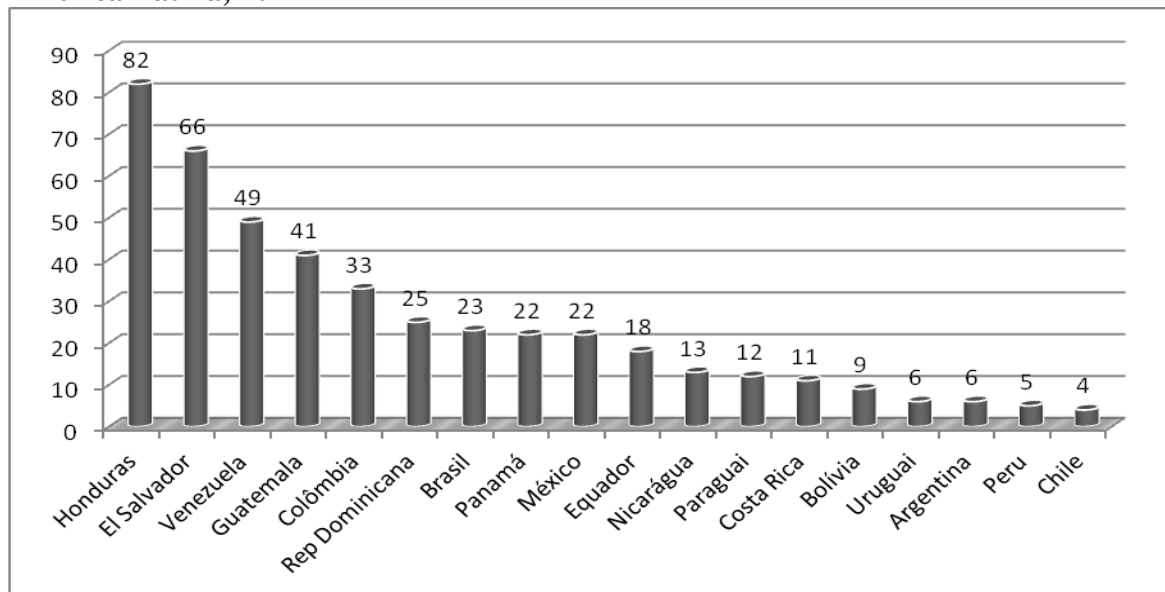
Fonte: Latinoamericano, 2010 – N = 22.695

A violência é multidimensional e existem diversos estudos que analisam as dimensões explicativas da violência e que buscam estabelecer relações causais para compreender o fenômeno. De acordo com Briceño-Leon (2007), os homicídios na América Latina são frutos da violência cotidiana e de conflitos armados, em meio à guerra do narcotráfico, à pobreza e desigualdades sociais, à desagregação familiar, ao desemprego, a ausência do Estado, a conflitos sociais e políticos, entre outros fatores. Mas o indicador utilizado neste artigo e que servirá de comparação entre os países latino-americanos será a taxa de homicídios.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a sociedade que apresenta um número acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes, é considerada caso de epidemiologia, pois o número “aceitável” é de 8,8 homicídios. O Estudo Global de Homicídios (UNODC, 2011) reúne uma série de estatísticas de 207 países, cujos dados sobre homicídios são fornecidos pela justiça criminal e pelos sistemas públicos de saúde destes países. Para fins de sistematização dos dados, foram considerados

apenas os casos de homicídio doloso (quando há intenção de matar). A seguir são apresentadas as taxas de homicídios para os 18 países da América Latina.

Quadro 5 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes América Latina, 2011



Fonte: Global Study on Homicide, 2011 / United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)

Nota-se, a partir dos dados do Quadro 5, a identificação de pelo menos três grupos de países: 1) aqueles que estão dentro do número aceitável proposto pela OMS, abaixo de 10 homicídios; 2) aqueles que estão entre 11 e 25 homicídios por 100 mil habitantes, indicador preocupante, que compõem oito países; e 3) aqueles que alcançaram as mais altas taxas de homicídios, entre eles Colômbia, Guatemala, Venezuela, El Salvador e Honduras, sendo que este último chama a atenção com 82 homicídios, em 2011, e 92 homicídios em 2012, conforme dados da UNODC.

Na América Central a violência tem se apresentado como um dos principais problemas da região e as taxas de homicídios tem aumentado desde os anos 1990. Em 2000 a taxa de homicídios em El Salvador era de 60 e em Honduras de 51, e em 2009 ambos os países alcançaram a taxa de 71 homicídios por 100 mil habitantes. Esses indicadores, de modo geral, estão relacionados à instabilidade política; à ausência do Estado; a um sistema judiciário ineficaz (poucos processos são abertos e investigados); aos altos níveis de desigualdade de renda e de pobreza, e à forte presença do narcotráfico, do tráfico de armas, do crime organizado e da impunidade na região.

O foco deste trabalho não consiste em estabelecer relações causais para explicar as altas taxas de homicídios na região. Mas visa relacionar alguns dados a respeito do Índice de Desenvolvimento Democrático (IDD-Lat), das taxas de pobreza e da percepção da corrupção, no sentido de compreender o aumento e a manutenção da violência nestes quatro países.

Quadro 6 – Taxas de Pobreza e de Indigência, 2010

Países	Taxa de Pobreza 2010 *	Índice da Percepção da Corrupção 2012 **	IDD-Lat 2012 ***
Honduras	67,4	28	3,3

El Salvador	46,6	38	4,3
Venezuela	27,8	19	2,4
Guatemala	54,8	33	2,9
Colômbia	37,3	36	3,9

Fonte: * <http://www.cepal.org/>; ** <http://www.transparency.org/cpi2012/results>; *** <http://www.idd-lat.org>

Conforme os dados do Quadro 6, são altas as taxas de pobreza nos países destacados, com exceção da Venezuela que apresentou nos últimos anos uma redução da pobreza devido a implantação de programa sociais. As políticas sociais são relevantes para o enfrentamento da pobreza, mas seu caráter emergencial e paliativo não contribui para a redução da desigualdade de renda, um dos fatores mais determinantes para a manutenção da pobreza na região. Outro indicador que chama a atenção são os baixos Índices de Desenvolvimento Democrático (IDD-Lat) nestes países, que revelam que apesar de cumprirem regularmente a dinâmica eleitoral democrática, os seus governos não estão assegurando direitos e liberdades civis (dimensão II), políticas sociais e econômicas com resultados mais efetivos (dimensão IV) além de apresentarem baixa qualidade institucional, principalmente pela ausência de eficiência política e de prestação de contas (dimensão III). A corrupção é um dos grandes males das sociedades latino-americanas. A Venezuela está entre os dez países mais corruptos segundo a ONG Transparência Internacional no *ranking* de 2012. De modo geral, foi possível observar que entre os países com as mais altas taxas de homicídios estão também os mais pobres, os menos democráticos e os mais corruptos.

Considerações Finais

Decorridos mais de trinta anos após as transições para o regime democrático, se observam avanços importantes do ponto de vista institucional, econômico e social nos países latino-americanos. A democracia representativa tem sido avaliada positivamente, especialmente pela regularidade de eleições livres e pela existência de instituições democráticas, contudo, quando se avalia a qualidade da democracia na região, levando em consideração as dimensões da efetividade dos direitos e das políticas de bem-estar social e de segurança pública, da confiança em relação ao sistema judiciário e à polícia, e da transparência na arena governamental e institucional, há um impacto negativo sobre os indicadores da qualidade democrática.

O artigo buscou identificar como as pessoas percebem as instituições democráticas, verificando por meio de análise descritiva alguns dados que contribuem para problematizar a relação entre democracia e segurança pública. Os cidadãos mencionaram que o principal problema a ser enfrentado na região é a violência. Há uma sensação de medo e insegurança na maioria dos países estudados, decorrentes das altas taxas de homicídios, conflitos armados, clima de guerra civil, ausência ou ineficiência das instituições do Estado. A desconfiança e a insatisfação popular são frutos da decepção com o funcionamento da democracia e de seus resultados. Os cidadãos compreendem a segurança pública da mesma forma como entendem a democracia: garantidora dos direitos sociais. Entre as políticas a serem adotadas e/ou efetivadas na América Latina para a efetivação da segurança cidadã destacam-se: 1) investimento no sistema educativo, visando dar mais oportunidades aos jovens, principais vítimas da violência; 2) investimento na formação e qualificação dos agentes responsáveis pela segurança pública; 3) fortalecimento do sistema judiciário, visando o fim da impunidade; 4) fortalecimento da proposta de uma polícia cidadã, mais preventiva e menos repressora.

Estas reflexões pretendem contribuir para ampliar o debate no campo intelectual e na própria realidade social sobre questões prementes na área de segurança pública. Cabe ressaltar que o estudo

está em andamento e é fruto de um compromisso assumido pelas pesquisadoras da Universidade Federal da Bahia / Brasil no curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, nível Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, que tem como objetivo promover a formação de profissionais que atuam na área da segurança pública e justiça na Bahia e em outros Estados do Brasil. São iniciativas como essa, de parcerias e cooperação entre instituições, que os problemas podem ser enfrentados, configurando um novo cenário de uma democracia com mais qualidade e mais segurança.

Referências

- AMORIM, Maria Salete S.; DIAS, Rodrigo R. Dimensões teóricas e práticas da qualidade da democracia. In *Revista Debates*, Volume 6, Número 3, pp. 79-96, Set-Dez, 2012.
- BAQUERO, Marcello. A cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: BAQUERO, M. (org). *Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2011.
- BRICEÑO-LEON, Roberto. Sociología de la violencia en América Latina. *FLACSO*. www.flacso.org.ec Quito, Ecuador, Diciembre 2007
- CARRIÓN, Julio F.; ZÁRATE; Patricia; SELIGSON, Mitchell A. *Cultura política de la democracia en Perú, 2010*. Consolidación democrática en las Américas en tiempos difíciles. Vanderbilt University / Lapop/ Usaid / Instituto de Estudios Peruanos. Disponível em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/peru/2010-culturapolitica.pdf>
- COSTA, Ivone Freire. *Polícia e Sociedade*. Gestão de segurança pública, violência e controle social. Salvador, Edufba, 2005.
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina. Documento Informativo. 2012. *Panorama Social de América Latina*. Disponível em www.cepal.org
- CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. Banco de Datos , análisis en línea, 2010. Diciembre / Santiago de Chile. Disponível em <http://www.latinobarometro.org>
- CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. Informe 2012. *La Seguridad Ciudadana. El problema principal de América Latina*. Diciembre / Santiago de Chile. Disponível em <http://www.latinobarometro.org>
- DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo, Edusp, 1997.
- DIAMOND, L.; MORLINO, L. The quality of democracy. In: Center on Democracy, Development, and The Rule of Law Stanford Institute on International Studies - *CDDRL Working Papers* - Number 20, 21 September 2004. Disponível em <http://cddrl.stanford.edu/>
- HELD, David. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte. Ed. Paidéia, 1987.
- INFORME 2009. Índice de Desenvolvimento Democrático na América Latina. Fundação Konrad Adenauer-Polilat: <http://www.idd-lat.org>
- MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e Confiança*. São Paulo, Edusp, 2010.
- O'DONNELL, Guillermo. *Democracia, agência e Estado*. Teoria com intenção comparativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Desenvolvimento Humano. Liberdade Cultural num mundo diversificado. Brasil, 2004.

RIBEIRO, Ludmila; WOOD, Charles H. Corrupção e confiança na polícia e no judiciário na América Latina. Disponível em: www.law.ufl.edu/_pdf/academics/.../Ribeiro_Wood_Brazil_Paper.pdf Acesso em maio de 2013.

SMITH, P.; ZIEGLER, M. Democracias liberal e iliberal na América Latina. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15 n° 2, Novembro, 2009, p.356-385.

TRANSPARENCIA INTERNACIONAL. Índice de Percepção da Corrupção. Disponível em: <http://www.transparency.org/cpi2012/results>;

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime / Global Study on Homicide, 2011. Disponível em http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa_study_on_homicide_2011_web.pdf